

RACISMO: UM “PARCEIRO” DO SEXISMO E DO CORONAVÍRUS!

Deise Cardoso Santos Silva

Universidade do Estado da Bahia

Resumo: As reflexões trazidas no presente artigo versam acerca da realidade que o Brasil e o mundo vivenciam com a pandemia do novo Corona vírus (Covid-19), que vem se estendendo a mais de um ano, desde março de 2020, impregnando um rastro de horror, medo, insegurança e sofrimento na vida de milhões de pessoas. O texto é uma revisão de literatura e tem por objetivo traçar uma relação entre a crise pandêmica, o racismo, o sexismo e o apartheid digital de estudantes negras e negros da escola pública do país que, via de regra, fazem parte das camadas mais vulneráveis da sociedade. Foi utilizada uma abordagem de cunho qualitativo, a revisão bibliográfica, refletindo com autoras e autores como Boaventura (2020), Carneiro (2009), Abramovay (2006), Gonzales (1984), Arendt (2005), Freire (1996), Chaves (2020), Arroyo (2018), Almeida (2018), Adorno (1995), entre outros estudiosos e pesquisadores que contribuem para o entendimento e difusão do referido tema.

Palavras-chave: Educação. Pandemia. Interseccionalidade.

Introdução

“Eu quero expressar por meio da peste o sufocamento que todos nós sofremos, e a atmosfera de ameaça e de exílio em que vivemos. Eu quero também estender esta interpretação à noção de existência em geral”, Albert Camus.

A crise pandêmica do novo Corona vírus (Covid-19) vem abalando o planeta e imprimindo um rastro de dor, morte, pânico e incertezas, o que abre muitas brechas para a reflexão sobre as inúmeras demandas e desafios que envolvem esse momento histórico. De acordo com Boaventura (2020, p. 12), “A pandemia confere à realidade uma liberdade caótica, e qualquer tentativa de a aprisionar analiticamente está condenada ao fracasso, dado que a realidade vai sempre adiante do que pensamos ou sentimos sobre ela”.

Dentro desse cenário devastador, podemos enxergar com lentes de aumento as mazelas e discrepâncias que permeiam a sociedade que, segundo Arroyo (2018, p. 5), é “(...) uma desigualdade que adquire uma radicalidade segregadora específica em nossa história”. Esses abismos sociais, via de regra, são negligenciados pelos poderes públicos que estão ancorados

em uma estrutura racista, classista, sexista e excludente em todos os setores da sociedade, inclusive no que tange a inclusão digital e o direito ao acesso à educação das populações mais pobres e segregadas. “A pandemia do novo Corona vírus não atinge a todos igualmente. Pelo contrário, ela escancara as desigualdades sociais e raciais do Brasil. A população negra - que representa 56% do País - é a mais vulnerável à Covid-19”, (CHAVES, 2020, p. 11).

Dentro desse contexto, é relevante frisar a interseccionalidade da violência contra as mulheres e as suas interfaces, para além do gênero, com o racismo e o classismo, a fim de que se possa compreender como esse fenômeno acomete um grupo específico, que concentra sobre si múltiplas e simultâneas opressões: As mulheres negras. Portanto,

o percurso do racismo é dinamizado por sua associação a outros mecanismos (eixos) de subordinação, entre eles o heterossexismo. Mulheres de pele escura, em particular as mulheres negras e as mulheres índias, arcarão com os custos mais altos da iniquidade, no que se refere, especialmente, às ações de manutenção da vida. (WERNECK, 2010, p.13).

A escola, que tem o pressuposto de contribuir para a formação de uma sociedade democrática e receptiva às diversidades se apresenta, enquanto instituição, como os demais setores sociais, de forma excludente e proliferadora de, além do Corona vírus, de toda forma de segregação, principalmente no que se refere a pessoas negras e pobres. Cavalleiro (2005, p. 110) adverte que “a escola tem sido palco de exclusões e disseminação de preconceito e discriminação, e esta realidade promove aos alunos exclusão e/ou sentimento de inferiorização racial”.

Breve panorama: Pandemia, escola e apartheid digital

“Não voltemos à normalidade, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro”, Ailton Krenak

A Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou, em março de 2020, que o mundo estava vivenciando uma pandemia ocasionada pelo Novo Corona vírus (COVID-19) e, desde então, grande parte do mundo vem sendo afetada pelo mesmo. Vale salientar que nessa crise pandêmica, a qual estamos todos e todas submersos, a sociedade em geral experimenta uma depressão coletiva, causada pelas incertezas, angústias, pelo isolamento social, muitas vezes de entes queridos, pelo luto, medo da morte, e todo tipo de escassez. Boaventura (2020, p. 7)

declara que: “A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos”. Ainda nessa perspectiva, tem-se que:

Em contexto de pandemia, a morte se torna mais próxima e súbita do que nos parâmetros de rotina. Morte repentina, inesperada e precoce é preditora considerada complicadora para elaboração do luto normal e pode gerar transtornos psicológicos importantes nos indivíduos que vivenciam suas perdas com esse perfil. Sendo assim, em pandemia temos o processo de luto sofrendo atravessamentos, com desdobramentos que potencializam o risco de agravar os sofrimentos psíquicos individuais e coletivos. (BRASIL, 2020, p.4).

Mediante esse cenário pandêmico, as instituições educacionais públicas e privadas foram orientadas a paralisar as atividades escolares por tempo indeterminado, como uma das estratégias de contenção da disseminação do vírus. Vale ressaltar que, por meio de estudos, em junho, do mesmo ano, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura- Unesco (2020) declarou que, mesmo sendo necessário, o fechamento das escolas provocou um impacto negativo em 64,4% da população estudantil do mundo, que se encontravam fora dessas instituições.

No que tange a realidade brasileira, devido a interrupção das aulas presenciais, o Ministério da Educação (MEC, 2020), autorizou as instituições de ensino público e privado a substituir as aulas presenciais por aulas remotas e virtuais durante a pandemia. Dessa maneira, uma parcela das instituições de ensino implementou o ensino em meios digitais como uma alternativa à situação de crise, para que estudantes pudessem continuar o processo de aprendizado e, assim, pelo menos minimizar os danos ocasionados pela ausência da escola, do convívio e do processo educacional para a comunidade estudantil.

As escolas, principalmente as da rede particular, não tardaram na implementação do ensino virtual, onde as aulas são transmitidas por meio de vídeo conferências, de forma síncrona ou assíncrona, proporcionando então, ao seu público que, via de regra, é formado por pessoas de classe média ou ainda mais abastadas, aprendizagem da forma mais próxima à educação considerada convencional. Na rede pública, que comporta uma grande maioria de pessoas pertencentes as camadas mais pobres da sociedade, foram implementadas, de forma mínima e precária, algumas medidas para que alunas e alunos tivessem acesso a alguma interação ou conteúdo, o que, infelizmente, de um modo geral, vêm fracassando e aumentando as desigualdades existentes no Brasil.

A educação no Brasil é uma máquina de exclusão que só aumenta o abismo entre pobres e ricos. Nossa incapacidade de cumprir as metas do Plano Nacional de Educação é revelada quando vemos que 4 em cada 10 jovens no Brasil não conseguem concluir o ensino médio e ¼ não conclui o ensino fundamental, de acordo com os dados do site Todos pela Educação. Quando não são oferecidas condições à população de acesso e permanência no ambiente escolar, os extratos sociais excluídos são ampliados, aumentando nosso gap. (MATTOS, 2020, p. 7).

As escolas das redes públicas estaduais e municipais, que concentram a maioria das alunas e alunos pertencentes à população mais pobre e, portanto, mais carente do Brasil, tiveram as aulas interrompidas de forma brusca e sem perspectivas de efetivação de alternativas inclusivas e democráticas de interações pedagógicas para os estudantes. Em uma sociedade desigual como a nossa, as crises acontecem, impactam e são processadas de forma diversa, consequentemente, as estratégias da educação virtual não alcançaram a maioria das famílias brasileiras.

Vommaro (2020) sinaliza que as condições habitacionais, as possibilidades dos pais ou responsáveis acompanharem as atividades educacionais das filhas e filhos, os recursos tecnológicos e o acesso aos recursos materiais são desiguais, com efeito, as questões socioeconômicas influenciam diretamente e fazem com que alguns estudantes sejam incluídos e sigam o seu processo de aprendizado, ao passo que, a maioria, fique desamparada e excluída, castrada do direito à educação em meio à crise pandêmica.

É importante ressaltar que essas desigualdades observadas no ensino remoto evidenciam a exclusão ou apartheid digital que, aliás, já faz parte do cotidiano vivenciado no Brasil, apenas agravado com a pandemia. Para Bonilla e Oliveira (2011), o apartheid digital é entendido como a desigualdade de acesso de grandes contingentes populacionais às tecnologias da informação e comunicação. De acordo com Castells (2005), a exclusão virtual ou digital pode se apresentar dos seguintes modos:

Primeiro não tem acesso à rede de computadores. Segundo, tem acesso ao sistema de comunicação, mas com uma capacidade técnica muito baixa. Terceiro é estar conectado à rede e não saber qual o acesso usar, qual a informação buscar, como combinar uma informação com outra e como a utilizar para a vida. Esta é a mais grave porque amplia, aprofunda a exclusão mais séria de toda a História; é a exclusão da educação e da cultura porque o mundo digital se incrementa extraordinariamente. (CASTELLS, 2005, p. 32).

Boaventura de Sousa Santos (2020) em sua obra recente, intitulada “A Cruel Pedagogia do Vírus”, reflete sobre os conhecimentos produzidos durante a pandemia, sobre as instituições sociais em situações de excepcionalidade e urgência. O autor ressalta a pandemia como reflexo

dos processos históricos, políticos e econômicos, vivenciados pela humanidade de um modo geral.

Dentro desse trabalho, ele analisa as mazelas e segregações fruto do neoliberalismo, responsável pelas profundas desigualdades sociais, afirmando que grupos sociais historicamente marginalizados e que sofrem de uma “especial vulnerabilidade” como as mulheres, as minorias, os trabalhadores precarizados, informais, sem teto, moradores das periferias, entre outros, têm a situação drasticamente agravada na pandemia, o que escancara ainda mais as diferenças entre as classes sociais.

Contudo, Boaventura, propõe uma articulação entre os arranjos políticos e civilizatórios, para um levante, uma virada epistemológica, social, cultural e ideológica que garanta a continuidade da existência de forma digna das diversidades que povoam o nosso planeta.

Racismo e sexismo no contexto pandêmico

“Talvez o tempo não cure as feridas de jeito nenhum, talvez essa seja a maior mentira de todas. Em vez disso, o que acontece é que cada ferida penetra mais fundo no corpo até que um dia você descobre que a própria geografia dos seus ossos sucumbiu sob o peso das mágoas”, Thrity Umrigar.

"O racismo como estruturante das relações sociais também constitui um dos determinantes no processo de adoecimento e morte", (CHAVES, 2020, p. 13). A partir dessa declaração, entende-se que a resistência, como forma de sobrevivência, é uma característica básica da população negra. De fato, viver nunca foi tarefa fácil para pessoas que são tipificadas e inferiorizadas primeiramente pela cor da sua pele e sua pertença étnica. Nesse sentido, o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), afirma que a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil. “Em última instância, o racismo serve como forma de catalogação dos indivíduos, afastando-os ou aproximando-os do sentido de humanidade de acordo com suas características raciais” (FLAUZINA, 2008, p. 16).

Independente do contexto atual, provocado pela pandemia do Covid-19, a população negra já estava submetida a inúmeras precariedades e maior vulnerabilidade social, se comparada à população branca. De acordo com Arroyo (2018, p. 9): “Os grupos sociais indígenas, negros, trabalhadores empobrecidos dos campos, das periferias continuam à margem da igualdade cidadã, democrática (...)”.

Com efeito, o quadro que vemos hoje apenas retrata um agravamento do que secularmente já existia. O IBGE (2018), por exemplo, apontou que pretos e pardos, que constituem 56,8% dos brasileiros e brasileiras, foram mais atingidos pelo desemprego e pela precarização no trabalho. Nessa perspectiva:

Os negros são mais vulneráveis porque eles fazem parte do grupo que vive em condições de maior vulnerabilidade do ponto de vista econômico, social, cultural e político. Eles ficam mais sujeitos não por aspectos étnico-raciais, mas em função do racismo que gera condições de comorbidade. (XAVIER, 2020, p. 6).

É de fundamental importância enfatizar que os dados indicam que, a Covid-19 tem sido mais mortal entre pessoas negras do que brancas. Levando-se em consideração as pesquisas do IBGE (2018), 75% das pessoas mais pobres no país são negras e negros, ou seja: “Os números revelam o que se deseja silenciar: a morte tem cor e ela é negra”, (SILVA; CARNEIRO, 2009, pág. 13). Sabemos que um dos pressupostos para a não contaminação pelo Corona vírus é conseguir fazer o isolamento social, porém, a pandemia desorganizou ainda mais a economia brasileira, e que a população mais carente não tem condições econômicas de se manter em casa, pois precisa atender às necessidades básicas, como alimentação, além de, muitas vezes, dividirem pequenos espaços com os membros da família, o que aumenta exponencialmente a possibilidade da disseminação do vírus.

Corroborando com o supracitado, entende-se que o racismo sempre tem um caráter estrutural, pois é um elemento que compõe a “organização econômica e política da sociedade, fornecendo o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”, (ALMEIDA, 2018, p. 21), e, portanto, produz pobreza, desemprego, privação e escassez de toda ordem. Para Hasenbalg (2005, p. 96), a “‘raça’ atua como um critério relevante socialmente no preenchimento de posições na estrutura de classes e nas dimensões distributivas da estratificação social”.

Para ampliar a compreensão de como o racismo opera, enquanto sistema fomentador de opressão e desigualdades, e como o mesmo se materializa na sociedade, na política, na cultura, no comportamento, nos processos educativos e nos valores dos indivíduos. É importante explicar como esse fenômeno se dá no nosso país, portanto, tem-se que:

O racismo no Brasil enquanto uma construção sócio histórica traz consigo o preconceito e a discriminação racial, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. Reforça-se pela linguagem comum, mantém-se e alimenta-se pela tradição e pela cultura, ao mesmo tempo em que influencia a vida, a forma como as instituições se organizam e as relações interpessoais. (LOPES;

QUINTILIANO apud EURICO, 2013, p. 295).

Sendo assim, vale salientar que estudiosos entendem que a categoria raça é uma construção social, uma crença relacionada ao comportamento humano capaz de propagar desigualmente vantagens e desvantagens à seres humanos por meio de um modelo de classificação racial inserido na sociedade. De acordo com Castro E Abramovay (2006, p. 152), racismo é “[...] uma prática que inflige inferioridade a uma raça, sendo que suas bases se encontram fixadas em relações de poder que são legitimadas pela cultura hegemônica”. Ratificando esse estendendo, Theodor Adorno contribui que:

A raça não é imediatamente, como querem os racistas, uma característica natural particular. Ela é, antes, a redução ao natural, à pura violência, a particularidade obstinada que, no existente, é justamente o universal. A raça, hoje, é a autoafirmação do indivíduo burguês integrado à coletividade bárbara. (HORKHEIMER E ADORNO 1986, p.158).

Portanto, ao se pensar sobre o racismo, visualizamos uma estrutura de poder e projeto de segregação social, alicerçada dentro de uma colonialidade histórica, cravada desde as explorações europeias pelo mundo, impondo os moldes discursivos políticos da modernidade, com o padrão universal do homem branco, que detém a dominação cultural, econômica, do poder, da informação e conhecimento a partir das colonizações, “(...) ou seja, a modernidade, o colonialismo e o sistema-mundo, denotam aspectos de uma mesma realidade simultânea e mutuamente constitutiva”, (DUSSEL, 2008, p. 8).

Ao se contextualizar o racismo, se faz imprescindível salientar o quanto essa violência resoa sobre a mulheres negras, uma vez que a tríade raça, gênero e classe, geram impactos devastadores na vida dessas mulheres. Segundo Davis (2016, p. 45), “a gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas”. Vale ressaltar que:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

A partir desta interseccionalidade de opressões, o racismo se estrutura e impede a mobilidade social da população negra e a localiza em espaços de maior subalternização e vulnerabilidade, principalmente quando se trata de mulheres negras. Então, “o racismo e o

sexismo influenciaram as relações que determinaram a sociedade brasileira no seu momento fundador (...). Não há como discutir violência contra as mulheres sem discutir racismo e sexismo no Brasil”, (BAIROS, 1995, p. 63).

De acordo com o IBGE (2018), as mulheres negras são as mais atingidas pelo empobrecimento, se comparada com homens e mulheres não negras. Com efeito, “racismo e sexismo colocam as pessoas em seu devido lugar, ou seja, nos setores menos privilegiados e mais precarizados da economia” (ALMEIDA, 2018, p. 160).

Hooks (2013, p. 103), acerca dessa historicidade atroz, diz que: “Não é fácil dar nome à nossa dor, teorizar a partir desse lugar”. Nesse contexto, podemos lembrar da morte emblemática da sra. Cleonice Gonçalves, empregada doméstica, que contraiu o Corona vírus da patroa, moradora de um bairro de classe alta na cidade do Rio de Janeiro, após a mesma retornar contaminada de viagem à Europa, segundo ampla divulgação da mídia. A vítima era uma mulher negra, de baixa renda que, ao contrário da sua patroa, uma mulher branca de classe média, não resistiu, e morreu. É pertinente dialogar com Dias (2020), ao declarar que:

A epidemia começou com uma elite, majoritariamente branca, mas que tem sua cozinheira, sua faxineira, seus cuidadores, majoritariamente negros, disse Luís Eduardo Batista, pesquisador do Instituto da Saúde da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, diretor do Conselho Deliberativo da Associação e integrante da coordenação do GT Racismo/Abrasco, ao jornal Folha de S. Paulo na matéria Corona vírus é mais letal entre negros no Brasil, apontam dados da Saúde. (DIAS, 2020, P. 17).

Por meio desse triste exemplo podemos entender as facetas perversas do racismo na nossa sociedade. Concordando com Carneiro (1995, p. 147), “as mulheres negras são socialmente desvalorizadas em todos os níveis [...]”. Corroborando com esse entendimento, Lélia Gonzales (1984) acrescenta que o símbolo da mulher negra escrava, que reputada não como uma pessoa, mas como um animal, um corpo apto ao trabalho, ressoa ainda nos dias de hoje, na perpetuação do estereótipo da mulher negra brasileira como doméstica ou como mulata, ou seja: “É como se o corpo negro feminino pertencesse a todos – mercado, homens, sistema, mas não à própria mulher (...)”, (COUTO, 2018, p. 54). É de suma importância que se construa um entendimento da violência social contra as mulheres e suas interfaces com o racismo, pois o pertencimento racial determina, de forma significativa, as diferentes formas de desigualdade dentro no Brasil.

Em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do "outro", "diferente", "estranho", com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas da sociabilidade e nos jogos das forças sociais. (IANNI, 2002, p. 8).

Ainda nesse contexto, Saffioti (2004, p. 86) acrescenta que “o gênero é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe e a raça/etnia”. Ratificando o até então exposto, frisamos e insistimos nesse mesmo ponto: “As mulheres pobres, que são majoritariamente negras, não têm como fugir do contágio. Assim, elas vão enfrentar o desemprego, senão a morte, ou uma imersão ao risco de contaminação muito grande”, (DINIZ, 2020, live).

Espaço escolar e Suas Demandas

“a afirmação de que somos todos iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades”, Lélia Gonzales.

A forma em que o sistema educacional brasileiro é pensado e organizado tende a reproduzir e dar continuidade aos preconceitos e exclusões, existentes na sociedade. Dentro dessa estrutura excludente, as pessoas oriundas das camadas mais pobres, em sua maioria negras, são comumente afetadas por essas mazelas. Conforme Gomes (2003, p. 38):

A própria estrutura da escola brasileira, do modo como é pensada e realizada, exclui o aluno e aluna negros e pobres. Essa exclusão caracteriza-se de maneiras diversas, por meio da forma como alunos e alunas negros são tratados; pela ausência ou pela presença superficial da discussão da questão racial no interior da escola; pela não existência dessa discussão nos cursos e centros de formação de professores (...).

Ao refletir como Hanna Arendt (2005), vemos que as demandas contemporâneas da educação estão associadas a uma crise de estabilidade de todas as instituições políticas e sociais da atualidade. Portanto, se relaciona com a incapacidade da escola e da educação em exercer sua função mediadora dentro desse espaço e com a dificuldade do mundo contemporâneo em acolher, cuidar, conservar e transformar o mundo. A referida autora afirma que “se a crise se resumisse à ineficácia ou à obsolescência de procedimentos didático-pedagógicos, ela não teria se tornado um problema político de primeira grandeza”, (ARENDRT, 2006, p. 170).

Pode-se perceber que, os problemas e desafios da educação e, por conseguinte, da escola, são enormes. Com a chegada da pandemia, que vem devastando o mundo, essas agruras, além de aumentarem significativamente, ficam muito mais visíveis. É sabido que a escola deveria garantir o direito à educação, ser inclusiva, democrática e apta ao convívio com as diversidades, porém, o que presenciamos a algo extremamente diferente, por razões de cunho político, sociais, econômicos, ideológico, dentre outros. Arroyo declara que:

O direito à igualdade educacional e social pressupõe o direito à igualdade como humanos, pressupõe o reconhecimento de todos serem humanos. A desigualdade radical no reconhecimento de uns grupos sociais como humanos e a segregação de outros grupos sociais como in-humanos está na raiz das desigualdades educacionais, sociais, cidadãs, raciais, étnicas em nossa história. (ARROYO, 2018, p. 4).

As desigualdades raciais na educação são históricas, são herança do sistema escravocrata e permanecem como um dos tentáculos da colonialidade do poder, que se perpetua até hoje no meio social. Silvio Almeida, na sua obra *Racismo Estrutural* (2018), explica como o racismo, enquanto estrutura, atravessa todos os âmbitos sociais, sendo gerido por um processo político-histórico de ideologias, nas formas de desigualdade e violência, no seio do colonialismo que rege nossa sociedade. Com efeito, a diferença entre o acesso, grau de escolaridade e por conseguinte, oportunidades, também se explica através do racismo. Nesse sentido:

A escolaridade de brancos e negros nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. (...) apesar da melhoria dos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações. No universo dos adultos observamos que filhos, pais e avós de raça negra vivenciaram, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial educacional ao longo de todo o século XX. (HENRIQUES, 2001, p. 93).

É de suma importância salientar que, dentro desse furacão de desigualdades e segregação social, econômica e racial, no que diz respeito aos estudantes, as adolescentes negras se encontram em situação de maior vulnerabilidade e degradação, quando estabelecemos um comparativo com os meninos e as demais meninas consideradas brancas. Essas jovens, além de enfrentarem todas as demandas decorrentes do isolamento imposto pela pandemia, são as que mais sofrem com a violência doméstica e que mais são sobrecarregadas com as tarefas de casa e cuidados com irmãos e familiares mais jovens. Nesse sentido, “mesmo realizadas no âmbito do lar, as atividades domésticas violam direitos fundamentais de crianças e adolescentes e comprometem seu pleno desenvolvimento, sobretudo pelas condições em que são feitas”, (FNPETI, 2016, p. 34). Dentro dessa perspectiva:

Muitas mulheres precisaram continuar disputando o sustento da sua família e, devido à paralisação das aulas presenciais, suas filhas passam a cuidar dos lares e dos irmãos menores na sua ausência. Esta sobrecarga doméstica também contribui com o afastamento das alunas das atividades da educação remota. (CHAVES, 2020, p.12)

Os atravessamentos que envolvem a questão de raça e gênero, portanto, se fazem notórios quando refletimos a situação das adolescentes negras que, durante a pandemia do

coronavírus, vivenciam o agravamento das opressões e desigualdades que já faziam parte de suas rotinas. Sueli Carneiro declara a necessidade de se incluir a dimensão racial na temática de gênero, sobretudo, no contexto brasileiro, de acordo com a autora:

Desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que os outros e, portanto, se aceita complacentemente que estes não sejam tratados como detentores de direitos. (CARNEIRO, 2003, p. 14).

Com efeito, mesmo quando as alunas em vulnerabilidade social conseguem, principalmente nesse contexto pandêmico, ter alguma participação e interação com a escola e atividades pedagógicas, a disparidade de condições em relação aos que usufruem de situação privilegiada, não diminui, tampouco se dissipa, uma vez que, o extra classe continua hostil e desfavorável, pois, “crianças e adolescentes negros são os mais explorados: eles representam 62,5% do total no trabalho em geral e 73,4% no doméstico” (FNPETI, 2016, p. 17), enfatizando esse entendimento, vale acrescentar que:

As meninas, por executarem afazeres domésticos dentro de suas próprias casas, acabam tendo muito menos tempo para brincar do que os meninos, por exemplo. São desvantagens que as meninas vivenciam simplesmente por serem meninas. Em muitos contextos, as meninas vivenciam muito menos os seus direitos que os meninos. (FNPETI, 2016, p. 23).

Sob esse prisma, Silveira (2013, p. 208) afirma que: “Essas constatações corroboram outros estudos das relações raciais que apontam a permanência das desigualdades entre a população branca e a população negra no Brasil. (...) as mulheres negras são as mais vulneráveis na maioria dos indicadores sociais (...)”. Vale ressaltar também que:

As condições extra sala de aula - condições econômicas, sociais, culturais e políticas, provocadas pelo racismo sistêmico - implicam no menor rendimento desses alunos, porque as condições sociais nas quais eles vivem afetam seu processo de aprendizagem, fazendo com que eles fiquem em desvantagem em relação aos grupos que têm melhores condições, os brancos. (XAVIER, 2020, p. 8).

Portanto, refletido junto com Freire (1996, p.17), convém “a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano que nega radicalmente a democracia”. É urgente a construção de uma sociedade e uma escola cidadã, que, de fato, esteja engajada em projetos antirracistas e democráticos e que reconheçam a humanidade e diversidade entre as pessoas, “(...) a cidadania não é um dado pronto e acabado, mas uma condição a ser construída e instaurada”, (SEVERINO, 1992, p. 2).

Assim, Nascimento (2010, p. 168) indica a escola como “lugar de encontros entre diversas crenças, diversas práticas, diversas maneiras de desejar e desenvolver expectativas sobre o mundo e sobre quem somos”. Essa reflexão nos leva à dimensão da importância da escola na construção da pessoa, alicerçada em valores voltados para o reconhecimento e respeito à alteridade, a fim de que se tenha uma sociedade mais inclusiva, justa e pautada na cidadania.

Considerações Finais

Em meio a tantas angústias e demandas vivenciadas no ano de 2020, que se alastram ao momento vigente, provocadas pela pandemia do novo Corona vírus (Covid-19), que atravessa o mundo deixando um rastro de desigualdades, morte e dor, as pessoas seguem tentando sobreviver todos os dias, por mais um dia, principalmente quando nos referimos às populações mais pobres e invisibilizadas ao redor do mundo. “O sentido literal da pandemia do Corona vírus é o medo caótico generalizado e a morte sem fronteiras causados por um inimigo invisível”, (BOAVENTURA, 2020, p. 10)

Dentro do entendimento do Brasil como um país capitalista e com resquícios coloniais, as questões sociais estão baseadas em processos estruturados no racismo e suas interseccionalidades, em especial nesse contexto pandêmico, tem implicações e impactos determinantes nas formas em que cada grupo populacional será tratado pelos órgãos do poder. A exemplo do isolamento social, onde entendemos que “qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros”, (BOAVENTURA, 2020, p. 8).

No que diz respeito a educação, a escola, por ser um espaço pertencente ao contexto social, também reflete o racismo que existe na sociedade da qual ela faz parte, podendo, portanto, contribuir para a reprodução e manutenção de discriminação e preconceito. “A comunidade escolar tende a reproduzir, em maior ou menor escala, a sociedade como um todo”, (SILVA, 2010, p. 79). O espaço escolar ressoa ações, hábitos, atitudes e costumes da sociedade, sendo assim, o preconceito, enquanto prática de caráter discriminatório e ideológico está presente nesse local, uma vez que os atores dessa dinâmica são partes integrantes da sociedade como um todo. Consonante com esse entendimento, tem-se que:

A escola sempre foi considerada uma instituição de seleção e diferenciação social [...] e é fato que não se pode negar a seletividade que está presente na prática institucional escolar e, por vezes, de caráter elitista. A vivência do preconceito pode ser notada pela prática da diferença, que é muito presente no cotidiano brasileiro. (ITANI apud AQUINO, 1998, p. 120).

Contudo, o ambiente escolar também pode se transformar num dos principais acessos para a superação de práticas racistas, discriminatórias, hostis e segregadoras, pois é um lugar de construção de relações pautadas no respeito e na formação de pessoas aptas a viver em sociedade de maneira democrática e cidadã. “Reconhece-se a importância estratégica que tem a escola, a educação e também a juventude no combate ao racismo e na defesa dos direitos humanos”, (CASTRO e ABRAMOVAY, 2006, p. 21).

Ademais, é imprescindível entender que “qualquer debate acerca de metas educacionais carece de significado e importância frente a essa meta: que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual se dirige toda a educação”, (ADORNO, 1995, p.1). Portanto, apesar de tantos percalços, esperamos o dia em que, mesmo uma pandemia, nos sirva de lição, e que se torne uma ponte para a união entre as pessoas como um todo nesse planeta.

A escola também deve ser o caminho para a superação da brutalidade presente na sociedade e a garantia de que práticas violentas e excludentes sejam eliminadas, pois é o espaço propício para a ressignificação das relações, construção de respeito às diversidades, e que se baseia em uma formação que busca uma verdadeira cidadania. A “Educação é uma das dimensões mais complexas e importantes da vida social” (MARTINS e MUNHOZ, 2007, p. 52), sendo assim, é de suma importância que toda comunidade escolar esteja ciente e comprometida com o seu papel educativo transformador, principalmente no que se refere às relações humanas. Em síntese:

(...) trabalhar por uma educação voltada para a consciência de que a transmissão pura e simples de informações fragmentadas não ensina ninguém a viver. Precisamos de uma escola com alma, que desperte o ser de sua inconsciência e o leve para o além do conhecimento; que o encaminhe para o contato direto com a sua realidade essencial e que consiga perceber que, entremeando todos os conceitos, há um tecido unificador, um fio único que tudo conecta, mas que só através do sentir amoroso da abertura de canais energéticos sutis e do silêncio pode ser percebido. (CELANO, 2001, p. 72).

Referências

ABRAMOVAY, M. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

ADORNO, T.W. **Educação após Auschwitz**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AQUINO, J. G. **Diferenças e Preconceito na Escola**. Alternativas Teóricas e Práticas. São Paulo. Summus.1998.

ARENDT, H. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARROYO, M. **Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual?** Educação e Sociedade, Campinas. out. dez, 2018.

BAIROS, L. **Nossos Feminismos Revisitados**. In: RIBEIRO, Matilde (Org.) Dossiê Mulheres Negras. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.3, n. 2. 1995.

BONILLA, M.H.S.; OLIVEIRA, P.C.S. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011.

BRASIL. **Manejo de corpos no contexto do novo Corona vírus – COVID-19**. Ministério da Saúde: Brasília, março/2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/manejo-corpos-coronavirus-versao1-25mar20-rev5.pdf>. 2020.

CARNEIRO, S. **Gênero, raça e ascensão social**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2. 1995.

_____. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49. 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede do Conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional: Casa da Moeda 2005.

CHAVES, M.N. **Observatório de Saúde da População Negra (POPNegra)**. UnB (Universidade de Brasília). 2020.

CELANO, S. **Corpo e mente na educação: uma saída de emergência**. Vozes, 2001.

COUTO, M. C. G. **Solidão e risco no campo dos afetos: uma análise sobre violências simbólicas e fatais vivenciadas por mulheres negras**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, ano 26, v. 146. 2018.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero. UNIFEM, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, B. C. **Letalidade da Covid-19 na população negra pauta debate sobre raça e desigualdades**. Rio de Janeiro: ABRASCO. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-dapopulacao/letalidade-da-covid-19-na>

populacao-negra-pauta-debate-sobre-raca-e-desigualdade-social-naimprensa/46775/. Acesso em: 3 fev. 2021.

DINIZ, D. Live da Oxfam Brasil no Youtube. **O impacto do coronavírus sobre as mulheres no Brasil**. Set. 2020.

DUSSEL, E. **O Encobrimento do Outro**. A Origem do "Mito da Modernidade". Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Ciasen. 2005.

FNPETI - **Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**. 2016.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

GONZALES, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 1984.

GOMES, N. L. **Educação cidadã, etnia e raça**: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2003.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

HOOKS, B. **Intelectuais negras**. Revista Estudos Feministas. Tradução de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro, v.3, n.2, 1995. Dossiê Mulheres Negras, Editora UNIVERSIDADE/UFRJ.

IANNI, O. **A violência na sociedade contemporânea**. Estudos de Sociologia. Araraquara: Unesp. 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 41, 2018.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Igualdade racial**. Políticas sociais: acompanhamento e análise, Brasília, n. 20, 2017.

LOPES, F.; QUINTILIANO, R. **Racismo institucional e o direito humano à saúde**. Democracia Viva, Rio de Janeiro, n. 34. jan. /mar. 2007.

MATTOS, M. M. **A pandemia e os velhos problemas**: mas o que tenho a ver com isso? Conexão UFRJ. 2020.

MARTINS, R. F.; MUNHOZ, M. L. P. **Professora, eu não quero brincar com aquela negrinha!** 1. ed. – São Paulo: Ministério da Educação, 2007.

NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo. Summus. 2010.

SANTOS, B. S. **A cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S.A, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu. Abramo, 2004.

SEVERINO, A. J. **A escola e a construção da cidadania**. Sociedade civil e educação. Campinas: Papyrus/São Paulo: Andes/Anped, 1992.

SILVEIRA, R. S. NARDI, H. C.; SPLINDER, G. **Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero**. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 2014.

SILVA, M. J. L. **As exclusões e a educação**. In: TRINDADE, A. L.; SANTOS, R. dos (orgs.). Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2010.

VOMMARO, P. **O mundo em tempos de pandemia: certezas, dilemas e perspectivas**. Buenos Aires: Grupo Editor Universitário. 2020.

WERNECK, J. **Nossos passos vêm de longe!** Movimento de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o Sexismo e o Racismo. Genebra. 2010.

XAVIER, J. **Estudantes negros são os mais afetados pela pandemia**. Universidade Estadual Paulista (Unesp). Núcleo Negro para a Pesquisa e Extensão (NUPE) da universidade. 2020.

Sobre a autora:

Deise Cardoso Santos Silva - Mestranda em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Profa. de Artes no Ensino Fundamental II na SMED- Salvador, Bahia.